

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - COMISSÃO DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nathália Bettoni Paiva

**AS SINGULARIDADES E OS DESAFIOS DE UMA ESCOLA INSERIDA NO
CONTEXTO SOCIAL DA REFORMA AGRÁRIA**

Porto Alegre

2022

Nathália Bettoni Paiva

**AS SINGULARIDADES E OS DESAFIOS DE UMA ESCOLA INSERIDA NO
CONTEXTO SOCIAL DA REFORMA AGRÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Heloisa Junqueira

Porto Alegre

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente pela acolhida por parte da família Dalenogare, assentados do Filhos de Sepé, que são, para mim, grandes professores e amigos do coração. Aprendi com vocês muito mais do que as práticas agroecológicas e sustentáveis de plantio e cultivo e os ideais de luta pela reforma agrária: levo comigo os ensinamentos de uma vida com mais simplicidade e com um sorriso no rosto mesmo frente às dificuldades. Guardo as memórias do que vivemos juntos e torço para que ainda tenhamos muitas outras aventuras pela frente.

Ao Assentamento Filhos de Sepé e à Escola Rui Barbosa, representados pelas pessoas que me receberam de braços abertos, acolhendo com muito carinho e interesse por esta pesquisa.

Agradeço também aos amigos e amigas que se fizeram presentes ao longo de toda a minha caminhada até aqui, dentro e fora da Universidade: saibam que, longe ou perto, todos têm lugar especial no meu coração e nas minhas memórias. Às amigas e colegas de trabalho, que presenciaram os surtos diários e deixaram meus dias mais alegres em meio ao caos: vocês também fazem parte dessa conquista!

Ao UVAIA e GVC, grupos de resistência e agroecologia da UFRGS, um agradecimento especial por terem acompanhado este caminho formativo e por me apresentarem a tantas pessoas e lugares inesquecíveis. Sigo dizendo que a minha experiência acadêmica seria muito pouco sem as práticas de extensão.

À Heloisa, minha querida “desorientadora”, no mais carinhoso dos sentidos: nada neste processo poderia ter sido diferente. O caminho que trilhamos juntas foi exatamente como tinha de ser e eu não mudaria nada. Pelos inúmeros questionamentos criados e pela dedicação do teu trabalho e tempo - em especial dos fins de tarde de domingo! -, te agradeço imensamente! Esse trabalho é nosso, obrigada por ter topado!

Aos professores Alberto Bracagioli e Russel Teresinha Dutra da Rosa, que aceitaram participar da banca examinadora deste trabalho e que desenvolvem, cada um em sua área de atuação, um trabalho excelente e inspirador aos futuros professores e professoras, como eu.

Aos familiares que estiveram ao meu lado durante essa trajetória, sempre com afeto e palavras de carinho, agradeço imensamente. Vocês são muito importantes!

Por fim e mais importante, à minha família. Mãe, Pai e André: apesar do clichê, preciso dizer que nada disso teria sido possível sem vocês. Me conduziram pelo exemplo, me abasteceram de força sempre que preciso e foram o maior porto seguro que eu poderia desejar. Poderia dizer que “devo tudo a vocês”, mas não acredito que o sentimento de dever se aplique ao que sinto. Prefiro dizer que vivo, apesar de tudo, com a coragem e felicidade que espelho em vocês. Aos meus pais, agradeço por tudo o que foram e são. Ao André, agradeço por tudo o que é e será. Meu amor por vocês é infinito.

O real não está no início, nem no fim,
ele se mostra pra gente é no meio da travessia.
O correr da vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

RESUMO

O presente trabalho está inserido na temática da educação no campo e ambiental, com foco na comunidade do assentamento da reforma agrária Filhos de Sepé e relativa à Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa. O objetivo deste estudo consistiu em identificar e analisar as singularidades de uma escola inserida no contexto social do Assentamento Filhos de Sepé, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e as articulações construídas ao longo do caminho trilhado por ambas as instituições. A partir do questionamento sobre a importância da Escola Rui Barbosa no fortalecimento da identidade dos estudantes assentados, a pesquisa objetivou contextualizar o Assentamento Filhos de Sepé no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como reconhecer as possíveis articulações entre as instituições em questão, através da leitura, interpretação e análise de documentos que constituem a Escola e o Assentamento. O Assentamento Filhos de Sepé, fundado em 1998, é considerado um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, por praticar o cultivo de alimentos através da agricultura orgânica e agroecológica. Além disso, encontra-se situado no interior da Área de Proteção Ambiental Banhado Grande, importante para a preservação dos banhados do rio Gravataí. Este contexto geográfico e sociopolítico abriga a EEEF Rui Barbosa, que tem o constante desafio de criar um ambiente escolar fundamentado em princípios pedagógicos que valorizem os saberes dos estudantes e suas vivências. A investigação realizada está inserida no campo da pesquisa qualitativa, amparada por uma análise documental através de documentos históricos relativos a ambas as instituições. Neste estudo, concluiu-se que há o esforço, por parte da comunidade escolar, para a aproximação entre os conteúdos escolares e a realidade vivida pelos estudantes, tanto aos que vivem no Assentamento, quanto aos que não. Ainda que faltem recursos e formação continuada aos professores e professoras para o fortalecimento das articulações pretendidas, pode-se afirmar que as intenções e mobilizações estão presentes na articulação entre as duas instituições.

Palavras-chave: Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa; Assentamento Filhos de Sepé; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Educação no campo; Agroecologia.

LISTA DE SIGLAS

- AFISE** - Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé
- ATES** - Assessoria Técnica Social e Ambiental
- APA** - Área de Proteção Ambiental
- APABG** - Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande
- COPERAV** - Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão
- COPTec** - Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos
- DNOS** - Departamento Nacional de Obras e Saneamento
- EEEF** - Escola Estadual de Ensino Fundamental
- EMEF** - Escola Municipal de Ensino Fundamental
- ERE** - Ensino Remoto Emergencial
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INFINDHA** - Instituto de Formação Integral Desenvolvimento Humano e Ambiental
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PCA** - Plano de Consolidação de Assentamento
- PET** - Programa Especial de Treinamento
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PPP** - Plano Político Pedagógico
- RMPA** - Região Metropolitana de Porto Alegre
- SEMA** - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
- UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	9
3 CAMINHO METODOLÓGICO	10
4 O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ	12
4.1 Contextualização do espaço-tempo - Área de Proteção Ambiental	12
4.2 Fundação e História do Assentamento	14
5 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO CAMPESINA PARA O MST	17
6 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RUI BARBOSA	21
6.1 Fundação, História e Contexto Social	21
6.2 Projeto Político Pedagógico	24
6.3 Alimentação Escolar e Agricultura Familiar	26
6.4 Projetos de Sustentabilidade	27
6.5 As (im)possibilidades do Ensino Remoto Emergencial	31
7 CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS	33
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE - LINHA DO TEMPO - Escola e Assentamento	40

1 INTRODUÇÃO

Tendo como ponto de partida as ações de Extensão da Universidade em que participei, cruzei meu caminho com o Assentamento Filhos de Sepé e com algumas das famílias lá assentadas, cujo convívio direto com suas lutas, sonhos e saberes fez arder em mim a vontade inquietante de compreender suas dinâmicas educativas, sociais e de trabalho. A troca com essas famílias cheias de força, histórias de luta e conhecimento, que anseiam e batalham por uma sociedade mais justa, modificou de maneira inexplicável o meu olhar sobre a vida, a educação e sobre as diferentes formas de organização social e cultivo sustentável. O desejo de me aproximar dessas pessoas me levou a conhecer parte de suas histórias e vivências, bem como seus espaços de aprendizado.

Como sabemos, os processos educacionais não podem ser interpretados e analisados fora dos contextos socioeconômicos e culturais em que estão inseridos. Quando falamos dos processos de institucionalização da educação e da formalização de escolas em cenários relativos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), faz-se necessário resgatar e analisar as raízes profundas da história de luta deste movimento. Neste sentido, um dos eixos desta investigação situa-se na concepção de escola que afirma a necessidade de incorporar as relações constitutivas entre teoria e prática, viabilizando o estabelecimento de articulações entre o que se vive no espaço-tempo escolar e nos cotidianos sociais – especificamente, no Assentamento.

Segundo o livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2000), quando passamos a olhar o processo educativo no conjunto de ações do MST e das vivências e histórias de cada sem-terra, podemos compreender que *a escola pode ser mais do que escola*. Neste sentido, é preciso considerar os vínculos que se estabelecem e possibilitam compreender o papel fundamental do acesso à educação para as comunidades sem-terra (CALDART, 2000)

Amparando-se nessa concepção de “que *a escola pode ser mais do que escola*”, e intencionando compreender com mais consistência o que a autora nos diz, esta pesquisa buscou investigar possíveis articulações entre duas instituições que atribuem valor à escola e à comunidade envolvida: a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa e o Assentamento Filhos de Sepé. A partir de documentos representativos das concepções de escola, ensino, aprendizagem e

formação de crianças e jovens, orientadores do trabalho pedagógico da EEEF Rui Barbosa, além de fotografias e textos legislativos, objetivou-se evidenciar o entendimento de que a escola também é lugar dos assentados, implicando no fortalecimento da comunidade do Assentamento Filhos de Sepé.

Localizado em Viamão/RS, o Assentamento Filhos de Sepé foi criado em 1998, na área antes ocupada pela Fazenda Santa Fé. Segundo dados da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (COPTec 2013) e da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES, 2013), este Assentamento conta com uma área total de 9,5 mil ha, totalmente inserida na Área de Preservação Ambiental do Banhado Grande (APABG), que compreende as regiões de banhado que formam o Rio Gravataí. Cerca de 2,5 mil ha da sua área envolvem o Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, 3,5 mil ha compreendem uma área de várzea (banhado), 500 ha abrangem a Barragem Águas Claras e o restante, cerca de 3 mil ha, são formados por lotes secos.

O Assentamento Filhos de Sepé é assim denominado em homenagem a um dos maiores nomes da história gaúcha, pioneiro na luta pela terra: Sepé Tiaraju. Sendo um dos maiores líderes indígenas da etnia Guarani, Sepé organizou estratégias contra o avanço português e espanhol durante a Guerra Guaranítica, entre os anos 1754 e 1756. A escolha do nome, portanto, está relacionada à passagem de grande parte dos assentados pela região das Missões (local de origem de Sepé Tiaraju) e se justifica pela luta em defesa da terra, do direito de produzir e da justa distribuição de bens (SILVA, 2011)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária regularizou os lotes das famílias assentadas no Filhos de Sepé cerca de sete meses após o início da instalação do assentamento, que passou a ser dividido em quatro setores (A, B, C e D). Foram 376 famílias contempladas, cuja área designada não excedia 16 ha, sendo até quatro para instalações de moradia e o restante para produção. Com o objetivo de subsidiar a construção das casas de moradias, o Governo Federal concedeu 2,5 mil reais a cada uma das famílias recém assentadas (SILVA, 2011).

A E.E.E.F Rui Barbosa, também situada no município de Viamão/RS, foi fundada no ano de 1948, sob o nome de “Grupo Escolar de Bom Galope”. Em 1969, a Escola foi transferida ao Morro Grande e enfrentou uma série de dificuldades para manter suas portas abertas. É reconhecida como sendo uma Escola do Campo e,

ainda que não seja considerada uma escola do assentamento, como são as escolas itinerantes, atende parte das famílias assentadas e uma fração do corpo docente é composto por assentados.

Para o MST, a educação é uma das suas áreas prioritárias de atuação, desde a criação do Setor de Educação do MST, em 1988.¹ Ao passo que a luta travada pelo MST passa a ser uma busca por um novo tipo de organização de sociedade, fica evidente a dimensão fundamental da educação. O grande desafio era, e ainda é, a construção de uma proposta geral de educação combativa, dentro e fora dos espaços escolares, e que pudesse atender às demandas dos assentados e assentadas, sendo esse um direito garantido e um dever do Estado. A partir deste momento, educação e escola tornam-se centrais nas lutas do movimento, bem como suas primeiras reivindicações nos assentamentos recém estabelecidos (COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MST, 2005).

Assim referenciada, a pesquisa centrou-se no princípio socioeducacional que afirma serem as experiências prévias dos indivíduos, tanto as coletivas, quanto as particulares, componentes significativos do seu processo de formação, dentro e fora de sala de aula. Dessa forma, mais do que ensinar pelo viés da “educação bancária”, que coloca o professor como detentor de conhecimentos e o aluno como um agente passivo do processo (FREIRE, 2014), cabe também à escola a responsabilidade de cumprir seus conteúdos curriculares de forma a estabelecer relações com as vivências, experiências e saberes já apropriados pelos estudantes. Quando falamos de uma escola inserida no contexto da reforma agrária e da luta por uma vida digna através da terra, a necessidade de trazer a realidade da comunidade para dentro dos muros da escola se torna ainda mais urgente.

Partindo destes ideais de escola e educação, buscamos investigar as possíveis relações entre os documentos orientadores do trabalho educativo e de ensino-aprendizagem, representativos da EEEF Rui Barbosa, e sua condição de aprimorar e fortalecer a comunidade assentada no Filhos de Sepé. Este processo foi guiado pela seguinte pergunta-problema: os referidos documentos apresentam registros que evidenciam o papel desta escola na constituição de uma aliança direcionada à potencialização dos princípios desta comunidade? Estes registros textuais e fotográficos permitem identificar aproximações entre o processo de

¹ Informação coletada no site do mst: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>

escolarização e as demais vivências dos estudantes, incluindo os/as assentados/as? Quais poderiam ser considerados registros prioritários?

2 OBJETIVOS

Em um sentido amplo, esta pesquisa objetivou identificar possíveis singularidades de uma escola inserida no contexto social do Assentamento Filhos de Sepé, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, analisando-as no sentido de evidenciar, ou não, as articulações constitutivas de ambas as instituições.

A partir deste objetivo, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: a) contextualizar o Assentamento Filhos de Sepé, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, identificando as particularidades desta comunidade; b) interpretar e relacionar os conteúdos dos documentos institucionais da EEEF Rui Barbosa, buscando aproximações com o seu papel no fortalecimento da identidade dos assentados e sua comunidade; c) analisar as articulações específicas entre o papel socioeducacional e ambiental da escola Rui Barbosa com as particularidades do Assentamento Filhos de Sepé.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

A investigação realizada insere-se no campo da pesquisa qualitativa, amparada por uma análise documental, com o suporte da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), através de documentos históricos relativos a ambas as instituições - assentamento e escola. Sendo uma pesquisa qualitativa, cujo eixo central não se refere à representatividade numérica, mas sim ao universo dos significados, valores e atitudes dos envolvidos (MINAYO, 2009), os dados coletados e transformados em resultados puderam viabilizar aproximações aos cenários da investigação, bem como ao aprofundamento da compreensão sobre um determinado grupo social.

Bardin (2011) e Franco (2005) expressam que o ponto de partida da análise de conteúdo é a *mensagem*, seu significado e sentido. É necessário que se faça, em paralelo, uma análise vinculada à emissão da mensagem, das condições contextuais que envolvem o ambiente em questão, assim permitindo um entendimento das

situações econômicas e socioculturais da comunidade inserida na pesquisa, por exemplo. Por sua vez, Cellard (2008), afirma que a prática da análise documental pode ser dividida em duas etapas: a *análise preliminar*, que envolve o estudo do contexto, dos autores relevantes e dos conceitos-chave; e a *análise propriamente dita*, que consiste na obtenção de informações, saberes e conhecimentos significativos às compreensões do objeto de pesquisa.

Neste sentido, na fase intitulada *pré-pesquisa* (FRANCO, 2005), foram realizados contatos com a escola Rui Barbosa e o Assentamento Filhos de Sepé, objetivando acessar documentos-chave de ambas as instituições, que posteriormente foram submetidos à seleção, gerando uma amostragem na qual os dados foram coletados, organizados e submetidos à análise de conteúdo. Segundo Bardin (Bardin, 1977, p. 98 apud Franco, 2005, p. 52), “levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: será verdade que, tal como é sugerido pela análise a priori do problema e pelo conhecimento que dele possui, ou como as minhas primeiras leituras me levam a pensar, que...?”

A partir de critérios de seleção estabelecidos - como sua disponibilidade, relevância no contexto da pesquisa e autenticidade -, foram definidos os seguintes documentos:

Documento	Ano	Origem
Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento de Viamão	2004	Instituto de Formação Integral Desenvolvimento Humano e Ambiental
Projeto Político Pedagógico	2011	EEEF Rui Barbosa
Projeto de Educação Ambiental e Sustentabilidade: “Semeando o Futuro	2016	EEEF Rui Barbosa
Projeto de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar - Compartilhar	2021	EEEF Rui Barbosa

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Banhado Grande - Vol. I e II	2021	EEEF Rui Barbosa
--	------	------------------

Tabela 1 - Documentos selecionados e analisados na pesquisa - Fonte: Acervo organizado por Nathália Bettoni Paiva

Para além dos critérios já citados, também foram considerados a presença de temáticas comuns às instituições para a escolha dos documentos, como educação ambiental, contextualização geopolítica, agricultura orgânica e sustentável, entre outros.

Com os documentos amostrados e organizados, deu-se início à fase de definição de categorias de análise. A partir da técnica de contagem de palavras representativas, e em movimentos gradativos, foram elaboradas quatro categorias de análise, sendo elas: *Sustentabilidade*, *Comunidade*, *Educação* e *Assentamento*. Estas categorias, consideradas resultados da pesquisa, a serem discutidos e analisados, foram condutoras do processo de identificação das articulações entre os próprios documentos e destes com as instituições, evidenciando ou não as temáticas comuns e relacionadas.

As categorias de análise foram assim descritas: *sustentabilidade* engloba as ações e projetos da escola voltados à educação ambiental, bem como as abordagens de agricultura, agroecologia, alimentação orgânica identificadas nos documentos do Assentamento Filhos de Sepé e também no Plano de Manejo da APABG; *comunidade* relaciona-se com trechos e palavras que remetem ao coletivo, à organização social e às vivências da comunidade; *educação*, agrega as menções ligadas à história da escola, ao contexto escolar, projeto político-pedagógico e outras referências à educação como um todo; e *assentamento* definida por citações diretas ou indiretas ao Filhos de Sepé, sua localização geográfica, representação político-cultural e participação em eventos com envolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

4 O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

4.1 Contextualização do espaço-tempo - Área de Proteção Ambiental

Em 1998, houve a demarcação e fundação da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG). Segundo o documento Plano de Manejo vol. 1, houve a tentativa de estabelecer a Área de Proteção Ambiental (APA) no ano de 1989, destinando à Assembleia Legislativa, que então arquivou o processo (2021, p. 19 apud MELLO, 1998). Em, outubro de 1998, tendo em vista a instalação da fábrica da General Motors (GM) no município de Gravataí, as reivindicações pela área de proteção ambiental tiveram sucesso e foram atendidas, criando-se a APABG.

A área total da APA é de aproximadamente 136.709 hectares, estando dividida entre os municípios de Viamão (que recebe cerca de 34,6% da área total da APABG), Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí. Esta área de proteção é formada, principalmente, pelos biomas Pampa e Mata Atlântica, compostos pelos ecossistemas de Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual, Terras Baixas e Florestas Paludosas.

Uma das premissas gerais estabelecidas em seu plano de manejo é a do uso sustentável de parte dos seus recursos naturais e a da participação da comunidade na sua formulação, de modo a construir diretrizes que garantam a preservação dos recursos naturais, bem como a flexibilidade necessária para a subsistência da comunidade local. Dessa forma, procurou-se criar um plano que não fosse apenas um compilado de ações pouco representativas à realidade, mas que representasse uma construção participativa e legítima, que fizesse sentido para a comunidade.

Um dos principais objetivos é a preservação dos banhados desta região e da sua biodiversidade, bem como a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico da região, com a proteção dos ecossistemas naturais por ela abrangidos (SEMA, 2021). Com isso, a APABG e seu Plano de Manejo visam atender os seguintes objetivos (SEMA, 2021):

- a) Preservação do conjunto de banhados: Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e Banhado Grande;
- b) Conservação do solo e recursos hídricos da região;

- c) Recuperação das áreas degradadas e regeneração dos ecossistemas naturais;
- d) Contribuição para otimizar a vazão do rio Gravataí;
- e) Proteção da flora e fauna nativas e de seus locais de reprodução e desenvolvimento.

Além disso, a APABG conta com extensas áreas de produção de arroz irrigado ao longo do curso do rio Gravataí, tendo parte da produção de forma convencional (modelo que preza pela alta produtividade e apresenta baixa preocupação ambiental, atuando através da alta mecanização, cultivo de monoculturas, utilização de agrotóxicos e, geralmente, presente em grandes latifúndios) e parte associada a cultivos orgânicos e manejos sustentáveis na área do Assentamento Filhos de Sepé (SEMA, 2021). O cultivo de arroz ecológico iniciou no ano de 1999, ainda de maneira experimental, e foi expandindo-se até que, passados dez anos, a cadeia produtiva da safra de 2009/2010 contava com 211 famílias de oito assentamentos da reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Vale ressaltar a significância deste processo, que se tornou a maior experiência de produção ecológica em área de assentamentos do Brasil e de produção ecológica de arroz da América Latina (GUASSELLI, 2015).

Não obstante, dados do Plano de Manejo da APABG, demonstraram que o uso da terra pode ser classificado em diferentes tipos, e o que foi denominado “agricultura e agropecuária” correspondente às áreas de lavoura de arroz e de soja, bem como de outros cultivos temporários ou permanentes e áreas de pastoreio. Através de mapeamento, identificou-se que a área total para fins de rizicultura compreende cerca de 32.400 ha, sendo considerada a principal atividade agrícola da área protegida (IBGE, 2018).

Na parcela territorial da APABG, dentro dos limites do Assentamento Filhos de Sepé, há uma área de proteção integral, chamada Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (RVSBP). Os principais objetivos desta área são a proteção dos seus ecossistemas, que contam com exemplares de flora e fauna da Planície Lagunar remanescente, a conservação das nascentes do rio Gravataí e, também, viabilizar a realização de pesquisas e práticas de Educação Ambiental. Abrange um território com cerca de 2560 ha, tendo sido cedido em 2002 pelo INCRA à Secretaria

Estadual do Meio Ambiente (SEMA), abrigando espécies ameaçadas de extinção, como o Cervo-do-Pantanal.

A APABG é composta por áreas de transição entre os biomas Pampa e Mata Atlântica, enquanto os ecossistemas do RVSBP estão relacionados apenas ao Pampa, mas em ambos se localizam importantes nascentes do rio Gravataí, especialmente nos ambientes de banhado. A reserva também é abrigo para fauna residente e migratória, em especial de avifauna, como o veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), a noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicana*), além de populações geneticamente diferenciadas de tuco-tuco (*Ctenomys lami*) e da única população do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) (SEMA, 2021).

Considerando essas informações, dados e concepções histórico-ambientais, pode-se afirmar que as Unidades de Conservação e as Áreas de Proteção Ambiental estão entre as principais estratégias de preservação da biodiversidade nacional, além de formarem espaços indispensáveis ao desenvolvimento de ações com foco em Educação Ambiental (VALENTI, 2012). Experiências de contato direto com a natureza, tais como trilhas interpretativas e atividades contemplativas e investigativas, podem promover a observação geográfica, a relação entre os ambientes natural e cultural, incidindo em gradativas mudanças comportamentais e de conduta, contribuindo na redefinição das noções de responsabilidade e compromisso socioambiental. Neste sentido, quando a gestão das UCs e das APAs se articula às comunidades locais de modo participativo e por decisões coletivas, potencializam-se ações concretas de preservação dos ambientes (VALENTI, 2012). Para tanto, a Educação Ambiental crítica e emancipatória precisaria estar presente dentro e fora das escolas, em especial nestes locais próximos a áreas protegidas, a fim de aproximar estas temáticas das comunidades do entorno.

4.2 Fundação e História do Assentamento

Em 1998, em paralelo com a fundação da APABG, nasce o Assentamento Filhos de Sepé, situado no distrito de Águas Claras, em Viamão/RS. Atualmente, conta com uma área de 9500 hectares, anteriormente ocupada pela Fazenda Santa Fé (Incobrasa) e constitui o maior assentamento da reforma agrária no estado, com cerca de 25% da sua área composta pelo Refúgio da Vida Silvestre Banhado Pachecos. Aproximadamente 36% da área, 3500 ha, são ocupados por várzeas e

3000 hectares estão em partes secas e mais elevadas do terreno. A área total do Assentamento situa-se dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande (F (BELING, H.M., 2017).

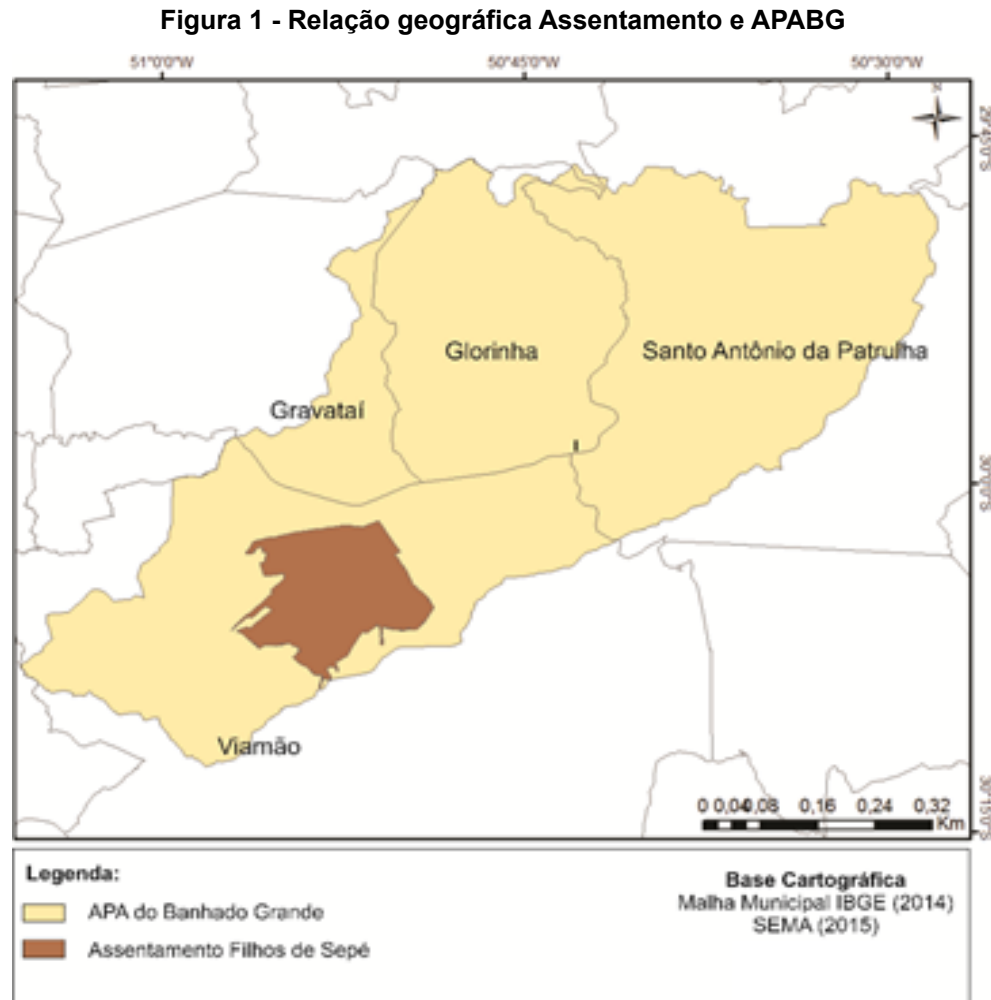


Figura 1 - Relação geográfica Assentamento e APABG - Fonte: BELING, H.M., 2017; Fonte: IBGE (2014); SEMA (2015)

O Assentamento foi construído por 376 famílias, que hoje se distribuem em quatro setores (A, B, C e D) com o funcionamento de agrovilas (COPTec; ATES, 2013). Por estarem inseridos no contexto ambiental onde estão, os agricultores e agricultoras precisaram encontrar um caminho que levasse ao sustento da família e à manutenção da biodiversidade. Gradativamente, passaram a investir em cultivos baseados nos princípios da agroecologia e da produção orgânica (BELING, H. M., 2019).

As famílias que integram o Assentamento Filhos de Sepé, também chamado de Projeto de Assentamento (PA) Viamão, são provenientes de 115 municípios do

Rio Grande do Sul, principalmente da região do Alto Uruguai. Com a efetivação da compra da Fazenda Santa Fé por parte do INCRA, algumas famílias do acampamento de Viamão foram as primeiras na ocupação das terras, alocando-se, principalmente, nas estruturas existentes da Fazenda, formando o setor A. O setor D se originou da ocupação dos acampados de Santo Antônio das Missões. Essa distribuição dos setores foi feita através de sorteios, assentando os núcleos de base já estabelecidos (INFINDHA, 2004). O casarão da antiga fazenda foi apelidado de “centrão” pelos assentados e se tornou um centro comunitário de eventos, onde são realizadas formações, encontros de movimentos sociais e escolas da região, entre outras diversas atividades (SILVA, 2011).

A partir de 2001, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra iniciou uma nova forma de organização dos assentamentos e, por conta disso, o então chamado PA Viamão se uniu ao assentamento Zumbi de Palmares, formando o “regional Filhos de Sepé”, que passa a contar com 420 famílias (INFINDHA, 2004). A organização social do assentamento se dá, atualmente, através de núcleos, onde então são definidos os coordenadores e coordenadoras e onde se debate sobre as diversas necessidades dos assentados e assentadas. No ano de 2005, sete anos após a fundação do Assentamento, é formada a associação de moradores, chamada Associação Filhos de Sepé (AFISE).

Conforme destaca a autora Adriana Maria da Silva, em sua pesquisa realizada em 2011, as paredes do centro de eventos do Assentamento - o famoso “centrão” - são repletas de painéis, entre eles um que leva a frase “A ordem é ninguém passar fome”. O painel traz, de maneira clara e assertiva, um dos maiores ideais de luta do MST: a reforma agrária e a distribuição de terras para produção de alimento. Em 2020, o índice de Gini da concentração fundiária no Brasil foi de 0,73 - sendo que, quanto mais próximo de 1, maior a concentração de propriedades -, colocando o Brasil como o país de maior desigualdade neste quesito (PINTO, L. F. G., 2020).

É neste contexto de desigualdade da estrutura fundiária que se origina a luta pela reforma agrária, que visa a democratização do acesso à terra e aos meios de produção como forma de retomar o crescimento econômico do país e de promover uma ocupação equilibrada, digna e sustentável dos territórios, garantindo a

soberania alimentar, a agricultura familiar e o desenvolvimento socioeconômico (PLANO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, 2004).

A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano (PNRA, 2004, p. 5)

Atualmente, o Assentamento Filhos de Sepé é uma grande referência no cultivo orgânico, especialmente na produção de arroz. Sua produção é baseada nos princípios da agroecologia, possibilitando estratégias de desenvolvimento sustentável, através do retorno econômico positivo e da preservação dos ecossistemas locais. Para alcançar esta agricultura sintrópica e sustentável, são necessárias mudanças de atitude dos atores sociais neste processo, o que tem exigido aproximações gradativas com espaços socioeducacionais, em especial, escolas da Educação Básica.

O município de Viamão não apresentava registro de aproveitamento do potencial produtivo das suas áreas de várzea até meados de 1930. Aos poucos, a produção de arroz, que antes era apenas para consumo próprio e alimentação dos animais, passa a se expandir, especialmente pelo aumento da mecanização e pelo avanço da drenagem do leito do rio Gravataí, por parte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que abriu grandes canais, ampliando as áreas de produção de arroz e reduzindo as áreas de banhado, que passaram de cerca de 45.500ha para pouco mais de 5000ha (PET apud RIBEIRO, 2014, p. 29). Esta redução do então chamado Banhado do Gravataí ocasionou diversos prejuízos ambientais, com relação à fauna, flora e biodiversidade como um todo.

O processo de mecanização da produção acabou por restringir o agricultor, que então precisa pagar pelo arrendamento da terra, pelo uso da água, pela adubação química e pelo aluguel dos diversos maquinários e que se vê dependente, cada vez mais, de latifundiários ou grandes corporações. Com o aumento da produção de arroz, os preços deste insumo sofreram queda em 1993, fenômeno que levou à venda das terras dos pequenos proprietários aos grandes latifundiários. Estes acontecimentos, junto ao aumento da concorrência e outros fatores sociais e

históricos, levaram ao aumento da concentração de terra na mão de poucos, elevando ainda mais o valor dos aluguéis para o arrendatário e culminando na crise do arroz.

[...] em dezembro de 1998, foi instalado o Assentamento Filhos de Sepé, cuja dinâmica produtiva está intimamente ligada aos fatos anteriormente citados, e que se configura como um elemento conflitivo com a carga de conhecimentos em agricultura trazida pelos assentados para a região (PET apud A.P. RIBEIRO, 2014, p. 31).

5 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO CAMPESINA PARA O MST

Desde sua fundação, em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam as lutas pela democracia da terra definiram seus principais objetivos: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Nos anos seguintes, após certa resistência e incredulidade dos assentados nas instituições de ensino, consideradas até então como um atraso à luta, ocorreu a organização do Setor de Educação do MST, criado oficialmente em 1988. A partir deste momento, a escola e a educação tornam-se centrais nas lutas do Movimento e se tornam as primeiras reivindicações nos assentamentos recém estabelecidos (COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MST, 2005).

Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza (1º Encontro Nacional do MST, em Cascavel, no Paraná, 1984)²

Ao passo que a luta travada pelo Movimento deixa de ser uma reivindicação específica por terra, e se torna uma busca por um outro tipo de organização de sociedade, ficou evidente o papel fundamental da educação. Eis o grande desafio de construir uma proposta geral de educação combativa, que corre dentro e fora do ambiente escolar, e que pudesse atender às demandas, necessidades e vontades dos assentados e assentadas. É importante registrar que a renúncia inicial à escola por parte da comunidade Sem-Terra não teve intenção de desvalorizar a instituição: apenas evidenciava o distanciamento entre a dinâmica do movimento e o formato de escola até então vigente (Coletivo Nacional de Educação do MST, 2005). Portanto,

² Informação coletada em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>

existe uma relação direta entre a trajetória educativo-escolar e a dinâmica de luta pela terra, sendo que à medida que as estratégias gerais do MST vão se esculpindo e modificando, também são delineadas as discussões e reivindicações com relação à educação escolar.

No início do Movimento, por volta de 1979, com a trajetória ainda muito pouco estruturada, as famílias trilhavam um caminho desconhecido, sem saber ao certo como se daria o processo. Em meio ao cenário de ocupação, intenso para os adultos, estavam também as crianças, cujo futuro era ainda mais incerto. Com o tempo, foram sendo organizados grupos de mães, responsáveis por orientar brincadeiras e contextualizar aos pequenos os acontecimentos da luta vivida (CALDART et al., 1990).

Entre estes primeiros acampados, organizados ainda como “sem terras”, na tentativa de construção do movimento, havia uma professora: Maria Salete Campigotto, que se tornaria a primeira professora em assentamentos do país. Salete passou a coordenar as atividades com as crianças acampadas e, mediante a preocupação dos pais com relação à alfabetização, iniciaram-se articulação e lutas entre os acampados por uma escola estadual que atendesse à população sem terra. Foi apenas em 1982 que a construção da escola foi autorizada, sendo totalmente regularizada em 1984, um ano após a instalação do assentamento, chamado Nova Ronda Alta. Iniciou-se, neste local, o árduo caminho pela construção de uma escola que valorizasse a história de luta das famílias acampadas e assentadas, alfabetizando através dos seus saberes e da lida com a terra (CALDART et al., 1990).

Anos depois desta primeira conquista, em 1988, ocorre a fundação do Setor de Educação do MST, resultado da organização de pais e professores que passam a levar a bandeira da educação à frente do Movimento. Sobre este processo, diz a professora Noeli, da ocupação da Fazenda Annoni:

“O pessoal via a luta pela terra como tão difícil que quase achou que tinha que largar os outros setores. Era primeiro conseguir a terra pra depois lutar por outras coisas. Mas, aos poucos, veio uma visão maior da luta, da organização, do que se quer como movimento. Não é só terra. É mudar toda a produção, a comercialização, a administração da terra... É projetar um outro tipo de organização da sociedade...” (CALDART, 1990 apud COLETIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MST, 2005)

A diferença destas escolas da comunidade acampada e assentada começava na definição dos seus objetivos da escola, inter-relacionados com as lutas e princípios do Movimento. Neste sentido, a escola precisaria centrar-se no cotidiano e nas vivências dos estudantes, contribuindo na construção dos conhecimentos capazes de inspirar na organização da nova vida que se construía e sendo instrumento para a continuidade da luta através das crianças e da nova geração ali formada. O trabalho de professor em um assentamento organizado é parte pertencente ao coletivo, sendo que sua prática no ambiente educacional estaria para fortalecer os propósitos do Movimento (figura 2) (CALDART, 1990).

Por outro lado, Severi (2012), em seu livro de memórias e experiências dos moradores do Assentamento Sepé Tiarajú, nos diz que muitos pais e familiares, ainda que compreendam a importância de um ensino que valorize os saberes e a cultura dos estudantes, se preocupam que todo o conteúdo escolar esteja centrado apenas no Movimento, privando assim aos alunos alternativas a outros interesses. A preocupação é no sentido de permitir aos jovens a escolha pelo futuro que quiserem, mesmo que isso signifique a saída do campo. Com isso, salientam a importância de a escola estar contextualizada nos interesses do Movimento e da comunidade, e de também de serem apresentadas outras possibilidades e culturas.

Figura 2 – EEEF Rui Barbosa: apresentação de atividade, junto a um cartaz em que se lê - *Não vou sair do campo pra poder ir pra escola, educação do campo é direito e não esmola*



Fonte: Imagem fornecida pela equipe diretiva da Escola Rui Barbosa, em 2022.

É possível observar, através da história da educação dentro do MST, que o Movimento a incorporou em sua dinâmica, sendo a construção de escolas - e, de preferência, não *qualquer* escola - uma exigência das famílias e da comunidade Sem Terra, implicando em uma educação escolar potencialmente estratégica para a luta pela Reforma Agrária, vinculada a formação dos sujeitos assentados. Dito isso, fica evidente que as necessidades escolares são diversas e que os processos de planejamento escolar e de ensino-aprendizagem necessitam de diálogos e participação dos envolvidos, de modo a contextualizar a prática escolar ao ambiente onde a escola está inserida (CALDART, 2013)

6 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RUI BARBOSA

6.1 Fundação, História e Contexto Social

A história da Escola Rui Barbosa foi marcada por diversos obstáculos e pela luta constante por parte de toda a comunidade escolar. Localizada em Viamão, foi inaugurada em agosto de 1948, no extinto bairro Bom Galope, sob o nome de “Grupo Escolar de Bom Galope”. Esteve por 20 anos nesta localidade, de onde foi despejada por falta de pagamento de aluguel. No ano seguinte, em 1969, a escola passou a funcionar no Morro Grande, em terreno também alugado, sendo propriedade do então prefeito, Clodoaldo Prates da Veiga (JORNAL DA TERRA, 2012).

Nos anos que se seguiram, alguns reparos na infraestrutura do prédio foram solicitados, mas não tendo sido realizados, culminou em seu desabamento, em dezembro de 1993. Após, a escola reiniciou seus trabalhos em um galpão, na beira da RS-040, cujo aluguel foi pago, durante seis meses, por seus professores. No segundo semestre do ano seguinte, 1994, inicia-se a construção de três salas de aula emergenciais, junto de um conjunto de sanitários, cozinha improvisada e algumas salas administrativas.

É em 1998 que o Assentamento Filhos de Sepé se torna parte oficial da comunidade, ano em que também foi criada a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG). Com a chegada do Assentamento, viu-se um aumento na demanda da comunidade por escolas, resultando na reabertura da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima e na necessidade de

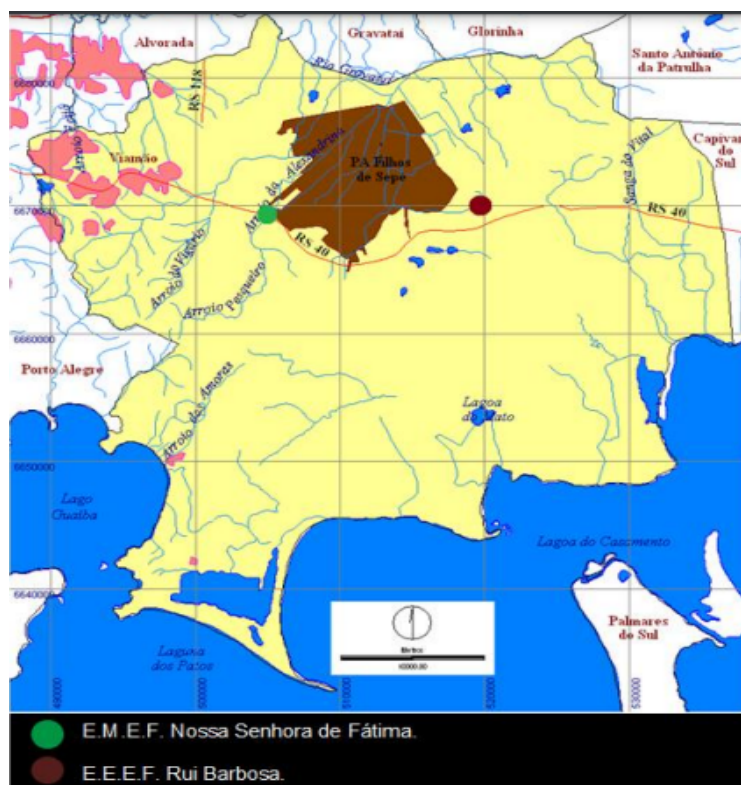
reestruturação da EEEF Rui Barbosa. Esta última que, até então, seguia em prédios provisórios e precários.

No ano 2000, iniciou-se a construção comunitária dos prédios da Escola Rui Barbosa, com parte dos materiais doados pelo Assentamento Filhos de Sepé e erguidos pela comunidade. Dois anos depois, em 2002, é inaugurado o prédio que finalizaria a construção de costaneiras e alvenaria, feita em parceria entre escola, assentamento e comunidade (JORNAL DA TERRA, 2012). Em 2004, quando parte dos problemas estruturais parecia estar resolvido, a escola enfrenta falta de professores para atender à comunidade, que corria risco de perder o ano letivo.

Por precariedades na estrutura do prédio de costaneiras, construído de forma emergencial pela comunidade, a Escola Rui Barbosa entra, em 2011, no plano de obras do governo do estado. Entretanto, as melhorias são impedidas devido a problemas na escritura dos terrenos, os quais apenas começam a ser resolvidos em 2014, quando então inicia o processo de construção da escola. Meses antes, neste mesmo ano, alguns pais, estudantes e professores da Escola Rui Barbosa se organizam e bloqueiam, durante cerca de duas horas, o acesso a RS-040, como forma de protesto para pedir ao governo do estado a construção de novos prédios para a escola, bem como de uma passarela de cruzamento da rodovia.

Ainda no início dos trâmites para a construção do novo prédio escolar, a Escola Rui Barbosa precisa implementar um sistema de revezamento de aulas por conta da ameaça de desabamento do seu prédio principal. Sem ele, não havia espaço para comportar todas as suas 15 turmas, que passaram a ter aulas dia sim, dia não. É apenas cerca de três meses depois que a ordem de serviço para o início das obras é assinada, permitindo oficialmente a construção do novo prédio, obra que custou cerca de R\$2,5 milhões. Segundo informado pela diretoria da escola, a obra foi concluída apenas em fevereiro de 2015.

Figura 3 - Relação geográfica entre a EMEF Nossa Senhora de Fátima, EEEF Rui Barbosa e o Assentamento Filhos de Sepé



Fonte: INCRA/2008.

Segundo dados do Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento de Viamão (que hoje leva o nome de Assentamento Filhos de Sepé), escrito em 2004, a maior parte da população em fase escolar do Assentamento encontra-se na EMEF Nossa Senhora de Fátima, inclusive alunos moradores do setor C (figura 3), que percorrem cerca de 60 km (ida e volta) para acessar à escola (INFINDHA, 2004). Esta elevada procura pela Escola Nossa Senhora de Fátima também é registrada pela autora Alecsandra Santos da Cunha, em sua monografia de especialização, de 2014. É importante ressaltar que entre os anos de 2004 e 2014, a escola Rui Barbosa enfrentou grandes dificuldades, desde problemas graves de infraestrutura, escritura dos terrenos, falta de professores, o que pode ter contribuído para a baixa procura de parte dos assentados.

Nos dias de hoje, a Escola Rui Barbosa, agora com endereço fixo no Morro Grande, oferece as modalidades de Ensino Fundamental completo e Educação Infantil, atuando como anexo à Escola Municipal de Ensino Fundamental Apolinário Alves dos Santos. Para o funcionamento desta parceria, firmada pela Prefeitura

Municipal de Viamão, a Rui Barbosa fornece sua estrutura e espaço físico, ficando a cargo da prefeitura a disposição dos recursos humanos, tanto de professores, quanto para a coordenação pedagógica destes alunos (PROJETO COMPARTILHAR, 2021)³.

Hoje, a escola estadual está composta por 293 alunos matriculados do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, além dos 40 alunos matriculados no anexo da EMEF Apolinário Alves, no jardim 1 e 2⁴, tendo como parte da equipe docente e administrativa cerca de 32 pessoas. Em visita à escola, foi constatado que a mesma encontra-se sem bibliotecário/a, reforçando os dados levantados pelo Jornal do Comércio (2018), em que apenas 0,7% das escolas da rede estadual dispunham de profissionais para esta área.

Ainda que a Lei nº 12.244/2010, chamada Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, tenha sido sancionada, esta obrigatoriedade pouco incidiu na presença desses profissionais nas escolas, dificultando o acesso e o incentivo à leitura. Em muitos casos, como foi no caso da Rui Barbosa, professores são deslocados das salas de aula para exercerem a função de bibliotecários, gerando necessidades de reorganização das rotinas escolares e comprometimentos ao atendimento integral da biblioteca, o que pode resultar no desmonte destes espaços pedagógicos. A simples existência de um acervo de livros no ambiente escolar não basta, é preciso que exista o apoio profissional para auxiliar e receber os estudantes, atuar nas tarefas compatíveis à biblioteca, espaço de trocas, leituras, consultas e aprendizados, tornando o espaço acessível e disponível à comunidade escolar.

6.2 Projeto Político Pedagógico

Veiga (2008) afirma que o projeto político-pedagógico (PPP) de uma escola está para organizar seu trabalho de forma geral, dentro e fora da sala de aula, delineando a identidade da instituição. Nessa concepção, o PPP não visa apenas um arranjo formal da escola, e sim promover a qualidade do processo vivido, propiciando a vivência democrática e participativa de todos os membros da comunidade escolar.

³ Material desenvolvido pela Escola Rui Barbosa como projeto interdisciplinar executado durante a pandemia da covid-19 e disponibilizado para esta pesquisa.

⁴ Informação concedida pela equipe diretiva da Escola em março de 2022.

O projeto político-pedagógico da escola Rui Barbosa, elaborado em 2011 e ainda vigente, foi construído de forma democrática e coletiva, na tentativa de atender aos interesses da comunidade escolar. Um dos princípios orientadores que o documento expressa é o de nunca perder de vista a comunidade na qual está inserida, quem são seus estudantes e que tipo de mundo pretendem construir. Assim fundamentada, a escola optou por desenvolver um planejamento participativo, a fim de construir e consolidar uma prática escolar que fizesse sentido à comunidade e suas necessidades.

Entre os princípios destacados pela escola e contidos no seu PPP, merecem destaque: a) reconhecer e respeitar o saber dos alunos e da comunidade, trabalhando de forma horizontal; b) garantir a educação para os direitos humanos, a democracia e a justiça social; c) garantir espaços de formação continuada para os educadores; d) oportunizar parcerias com a comunidade escolar, para que o conhecimento ultrapasse os muros da escola. Estes princípios vêm a reforçar a noção, impressa no documento, de que uma escola de boa qualidade só pode existir se estiver intimamente conectada à comunidade a qual serve, daí a importância do diálogo contínuo e da superação da fragmentação do currículo, mediados por conteúdos interdisciplinares e metodologias que considerem os sujeitos com suas histórias e vivências.

Foi possível identificar a importância do planejamento participativo e da articulação com a comunidade, visto que os termos *realidade*, *comunidade* e *participativo* foram muito utilizados pela escola na construção de todo o documento. As menções ao assentamento aparecem muito pouco ao longo da leitura do PPP, enquanto *comunidade* e *comunidade escolar* aparecem com frequência. Dito isso, é preciso considerar que cerca de 16,5%⁵ dos alunos da escola são assentados, enquanto o restante são moradores da comunidade no entorno da escola.

6.3 Alimentação Escolar e Agricultura Familiar

Em 2009, entra em vigor a Lei nº 11.947, que determina o direcionamento de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

⁵ Esta informação foi fornecida pela equipe diretiva da Escola Rui Barbosa, que também forneceu as documentações dos estudantes que utilizam o transporte escolar que faz a condução do assentamento à escola.

(FNDE) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a compra de alimentos cultivados ou produzidos pela agricultura familiar. O programa tem como objetivo oferecer uma alimentação saudável aos estudantes da Educação Básica, em específico às escolas públicas e, simultaneamente, estimular o crescimento da agricultura familiar (FNDE, 2016).

Conforme o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar (2016), o PNAE deveria atuar no sentido de redução da pobreza e da insegurança alimentar, do incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e do fortalecimento das economias locais e da produção familiar. A compra institucional de insumos da agricultura familiar deve ser parte do reconhecimento da necessidade de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos, afastando-se das grandes indústrias de ultraprocessados, cheios de aditivos e agrotóxicos e aproximando o comércio local, sustentável e livre de venenos. Sabemos que a realidade vivida pelas escolas é, muitas vezes, diferente do pretendido pelo Programa, visto que não é incomum presenciarmos a falta de merenda escolar e desvio de recursos para este fim. O cenário da alimentação escolar ainda é muito preocupante e contribui para a crescente insegurança alimentar em diversas comunidades.

No âmbito da EEEF Rui Barbosa, a escola utiliza parte dos insumos produzidos pela horta e pelas árvores frutíferas cultivados pelos alunos e pela comunidade escolar, bem como adquire alimentos da Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão (Coperav).⁶ A Coperav, fundada em 2009, é uma organização de agricultores e agricultoras assentadas pela reforma agrária no Assentamento Filhos de Sepé, que iniciou anteriormente, por volta de 2002, como uma associação de produção orgânica de arroz. Estão organizados há mais de 30 anos pela produção e comercialização de alimentos agroecológicos certificados, com o objetivo de fornecer alimentos de qualidade para a sociedade.⁷ A cooperativa conta com mais de 150 associados e com diversas atividades, como agroindústria de panifícios, processamento de vegetais, hortas, pomares e lavouras de arroz.

Para além disso, a escola realizou em 2013 e 2016, alguns projetos com foco em alimentação e agricultura orgânica e familiar, como o projeto “Vida Saudável”, de

⁶ Esta informação foi coletada nos documentos oficiais da escola, que forneceu acesso inclusive ao contrato de compra e venda entre a EEEF Rui Barbosa e a COPERAV do ano de 2021.

⁷ Informação coletada em: <https://coperav.com.br/coperav/>

e o eixo “Alimentação Saudável”, do projeto “Semeando o Futuro”. Através destas iniciativas, identifica-se a busca pela abordagem de temáticas que se comunicam com a coletividade em que está inserida, configurando, para esta pesquisa, uma das articulações entre escola e Assentamento, através da alimentação e agricultura orgânica, comuns a ambas as instituições. A escola também participou, junto dos Sem Terrinhas - identidade das crianças organizadas no Movimento Sem Terra - de mobilizações pela alimentação saudável e por práticas agroecológicas, em 2016, no esforço de contextualizar os estudantes quanto ao lugar onde vivem e a sua importância na produção de alimentos saudáveis.

6.4 Projetos de Sustentabilidade

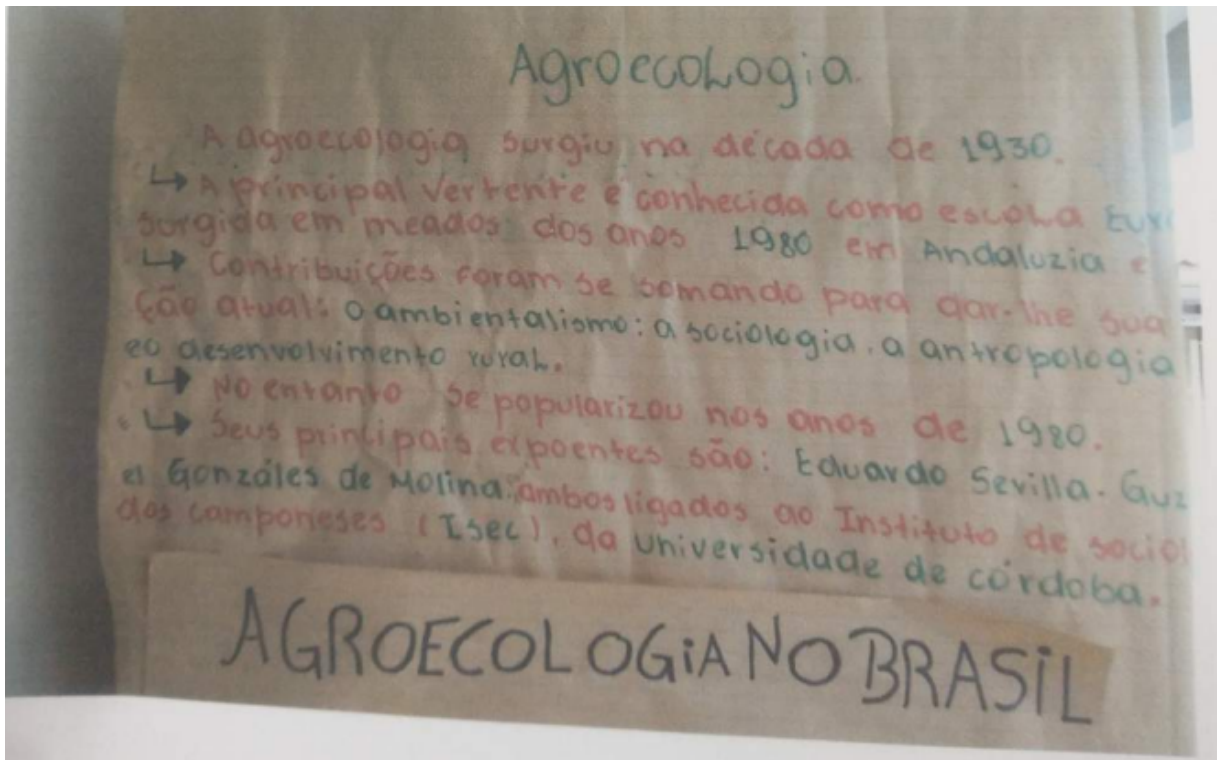
Um dos eixos que parecem nortear o processo educativo da escola Rui Barbosa, identificado na pesquisa empírica a partir dos seus documentos oficiais e dos projetos executados, é o da sustentabilidade e das ações com fins para Educação Ambiental. Presente no PPP da instituição, a escola tem como objetivos: o incentivo ao consumo consciente, o apoio na construção da consciência ambiental nos estudantes e na comunidade escolar e a promoção de ações de cunho ecológico, na esfera da agroecologia, da produção de alimento através da agricultura sustentável e da preservação ambiental.

Em 2013, a escola realizou uma trilha pelos morros da região, a fim de situar e contextualizar os estudantes quanto à paisagem no entorno da escola e das suas residências. Como forma de registro, os estudantes redigiram textos sobre o passeio, com intuito de avaliar o seu conhecimento da região e o que mais chamou sua atenção ao longo da trilha. Muitos ressaltaram a tristeza ao se deparar com a poluição e sujeira em um dos lagos da região (nenhum dos estudantes citou o nome do lago em questão) e outros pontuam fauna ou flora presente da região e conhecida por eles. Um dos estudantes inclusive declara que “conhece o morro como a palma de sua mão”. Na ocasião, foi realizada uma trilha interpretativa, pela disciplina de Ciências, durante a visita ao Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, importante unidade de conservação da região, situada no interior do Assentamento Filhos de Sepé.

Ao analisar o Portfólio de Educação Ambiental da escola, percebe-se que são desenvolvidas atividades envolvendo a terra no plantio e cultivo, tanto para fins alimentícios, sem utilização de agrotóxicos, como para fins de embelezamento da escola e da região. Em paralelo, ocorre a produção de mudas, que abastecem a horta escolar, e a estufa, onde foram cultivadas espécies mais delicadas, como do fruto morango. Outras frutas colhidas na escola, como é o caso do maracujá, foram utilizadas em atividades que simulam uma cadeia de eventos envolvendo este insumo, desde a elaboração de sementeiras para produção de mudas, a posterior plantação e demais cuidados da planta, colheita do fruto e preparação de sobremesas a base de maracujá, utilizadas na merenda escolar.

Por meio do projeto de educação ambiental e sustentabilidade “Semeando o Futuro” (Figura 4), de 2016, a escola envolveu os 338 estudantes, do 1º ao 9º ano, com o objetivo geral de sensibilização e envolvimento dos alunos e da comunidade escolar, tendo como temática principal a Educação Ambiental e os cuidados com a saúde através da alimentação saudável e livre de agrotóxicos. Dos objetivos pretendidos pela escola, destacou-se: a) incentivar a identificação dos estudantes como parte integrante da natureza, a fim de compreender as necessidades de preservação; b) estimular que os alunos se tornassem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos para a comunidade; c) encorajar o cultivo de plantas alimentícias e árvores frutíferas; d) reconhecer a importância da alimentação saudável e livre de veneno; e) introduzir o debate sobre agroecologia e sobre o que são práticas de agricultura ecológica.

Figura 4 - Projeto intitulado “Semeando o Futuro”



Fonte: EEEF Rui Barbosa.

Com base na leitura e análise dos documentos da escola, foi possível identificar diversos registros envolvendo a horta mantida pelos alunos e demais membros da comunidade escolar. A atividade de manutenção e cuidados com a horta escolar, trabalhada de forma interdisciplinar, pode servir como fonte de alimentação saudável e livre de veneno e ainda atuar como laboratório vivo, reforçando a integração entre os estudantes, auxiliando no entendimento do ciclo de produção dos alimentos e no processo de ensino-aprendizagem. Este tipo de atividade está intrinsecamente conectada ao fazer manual de parte das famílias desses estudantes, em especial dos assentados, podendo promover maior integração entre a comunidade e o ambiente escolar. Ademais, a utilização da horta como instrumento pedagógico permite a relação entre educação alimentar, ambiental e contextualização de valores sociais, aproximando teoria e prática por meio da sensibilização dos estudantes. Neste processo, cabe à escola o papel de facilitadora do acesso aos conhecimentos e espaços que auxiliem o indivíduo na formação da sua cidadania e consciência (OLIVEIRA, 2018).

O desenvolvimento destes projetos com fins à sustentabilidade promove articulações entre o processo pedagógico e educativo da escola Rui Barbosa e as vivências e saberes construídos pela comunidade assentada. A realização de feiras na escola, visita aos lotes do Assentamento e projetos em parceria entre as instituições estão registrados em diversos relatos e projetos da escola, como a Mostra de Arte, Cultura, Estudos e Brincadeiras, organizada no 17º Encontro Estadual dos Sem Terrinhas no Rio Grande do Sul. A escola Rui Barbosa, em parceria com a EMEF Nossa Senhora de Fátima, construiu uma maquete viva com plantas medicinais, em formato de “relógio do corpo humano”, onde as ervas são dispostas de acordo com o horário que pode potencializar sua ação e a indicação dos órgãos humanos afetados. A escola também apresentou um painel de sementes e uma exposição fotográfica sobre as vivências das famílias assentadas no Filhos de Sepé.⁸

Estas experiências, de contato direto com a natureza e com o ambiente da APABG, do Assentamento Filhos de Sepé e da comunidade local, auxiliam na construção da consciência ambiental e situam os estudantes quanto ao local, no sentido geográfico, político e social em que estão inseridas. Nos diversos documentos analisados, a menção à palavra *assentamento* está pouco presente. Entretanto, foi possível identificar temáticas que atravessam as duas instituições e seus atores sociais, destacando-se as pautas de sustentabilidade, agroecologia, alimentação e agricultura orgânica como algumas das articulações entre escola e assentamento.

A execução destes projetos e atividades voltados à Educação Ambiental está diretamente ligada à participação da comunidade, escolar ou não, e no envolvimento de todos na construção das hortas, manejo das áreas de estufa, plantio em sementeiras, bem como nas atividades de trilhas e passeios ecológicos na região. A partir do ano de 2020, marcado pelo início da pandemia do novo Coronavírus, iniciou um período completamente desconhecido a todos, com diversos desdobramentos no ambiente escolar, em especial nas escolas de educação no campo e nas práticas de educação ambiental.

⁸<https://mst.org.br/2014/10/21/sem-terrinhas-gauchos-realizam-mostra-de-arte-e-cultura-estudos-e-brincadeiras/>

6.5 As (im)possibilidades do Ensino Remoto Emergencial

Em razão da pandemia da Covid-19, as instituições públicas e privadas se viram obrigadas a transformar por completo o sistema educativo escolar, de forma a possibilitar que ao menos parte do conteúdo programado fosse alcançado. Desta forma, houve a migração do presencial para o online, a partir do que se chamou de *ensino remoto emergencial (ERE)*, iniciando um novo desafio aos professores e às instituições de ensino. Foi preciso repensar metodologias e práticas, em meio à insegurança e ao medo que o momento representava. Ao longo deste processo, muitas desigualdades e injustiças sociais ficaram ainda mais evidentes e o acesso à educação ainda mais restrito.

A suspensão das aulas presenciais e a crise socioeconômica gerada pela pandemia aumentaram o distanciamento entre a realidade da comunidade e os muros da escola, fazendo com que as desigualdades fossem acentuadas e agravadas ao longo deste período. Esta conjuntura foi registrada pela Escola no projeto de intervenção pedagógica *Compartilhar*, acrescentando que é evidente que estas disparidades e dificuldades são anteriores à pandemia, mas tornaram-se ainda mais evidentes neste momento de fragilidade e insegurança geral.

Apesar do esforço por parte dos professores da Rui Barbosa, o período de isolamento social e suspensão das atividades interativas na escola dificultou a conexão entre os estudantes e destes com os professores, frustrando o trabalho interdisciplinar e os saberes trocados por meio da convivência em sociedade. A relação com o outro e o espaço tornaram-se enfraquecidas, fato que comprometeu a formação de vínculos e interação social, levando a uma série de dificuldades emocionais e de aprendizagem. Além disso, a escola identificou o agravamento dos problemas econômicos e da situação de carência de recursos em muitas das famílias atendidas, fato que prejudicou o acesso desses estudantes aos meios de comunicação, à internet e aparelhos necessários ao ensino remoto.

De acordo com o levantamento realizado pela escola em maio de 2021, constatou-se que, dos 266 alunos matriculados no período em questão, cerca de 30% não possuía acesso à internet. Com o decorrer do ano letivo, a demanda pela retirada presencial das atividades na escola aumentou, sendo que 125 alunos seguiram optando pelo acesso remoto via internet. No momento de retorno híbrido,

onde havia revezamento entre as aulas remotas e presenciais, 54% dos estudantes e familiares optaram pelo retorno às aulas na escola.

O retorno ao presencial demandou uma adaptação à nova rotina escolar, tanto pela utilização de máscaras de proteção, distanciamento social e regime de alternância, a fim de assegurar a saúde de todos, quanto na superação da insegurança diante das interações sociais e das dificuldades de aprendizado resultantes da restrição de acesso aos conteúdos e ao ambiente escolar. Neste cenário, surge um novo desafio aos professores e à comunidade escolar, de resgatar a relação de bem-estar dentro da escola, fortalecendo os laços afetivos que foram distanciados pela pandemia.

Em consulta ao Censo Escolar de 2019, atestou-se que das 180 mil escolas brasileiras, cerca de 55 mil estão situadas em zonas rurais, sendo que nestes locais, 48% das residências não possuem acesso à internet (TIC DOMICÍLIOS, 2019). Para as escolas do campo, além da garantia de acesso aos conteúdos disponibilizados de forma remota, existe também a preocupação com a evasão escolar, um obstáculo muito presente na educação em contextos rurais e que pode ser acentuada em contextos de ensino remoto aliado a impossibilidade de acesso à internet.

Antes do início da pandemia, os desafios vividos pela Escola Rui Barbosa e sua comunidade já eram muitos, tanto pelos anos de falta de estrutura, quanto pela invisibilidade das escolas do campo, que já sofrem muito com a falta de recursos, evasão escolar e baixa escolaridade. Esta nova realidade imposta pela pandemia, onde a interação dos professores e professoras com os estudantes no espaço-tempo escolar encontrou-se impedida sem aviso prévio, evidenciou as desigualdades vividas por esta população e reforçou a necessidade de um olhar mais atento para a educação e o acesso das comunidades rurais, além da importância de um acompanhamento psicológico e emocional à toda comunidade escolar. Conforme relatado pela escola, houve expressivo aumento nos casos de ansiedade e abalo emocional entre os estudantes, que recorrem à escola, muitas vezes, como um porto seguro na busca por conforto e acolhimento.

7 CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Ao analisarmos a situação da educação no Brasil, em especial da educação no campo, percebemos que, em geral, ela está voltada à formação de mão-de-obra, sem necessariamente valorizar os saberes e conhecimentos prévios dos seus estudantes. Com isso, a qualidade da formação dos sujeitos segue deficitária, dificultando a reflexão e transformação da sociedade onde estão inseridos e a busca por equidade social. A educação tem grande importância pelo seu papel emancipatório, que permite aos sujeitos uma análise própria do mundo ao seu redor, podendo refletir em transformações da realidade vivida. Quando falamos em educação no campo, acompanhada da Educação Ambiental, é preciso levar em consideração o histórico de falta de acesso e recursos e as grandes disparidades sociais das comunidades envolvidas. Daí a importância de um ensino de qualidade, que socialize estes conhecimentos e auxilie no fortalecimento dos sujeitos, a fim de também fortalecer suas lutas ideais, como é o caso da luta pela reforma agrária. Talvez, por esse motivo, sendo a educação no campo tão potente no fortalecimento das comunidades e suas lutas, é que ela costuma ser rebaixada a segundo plano, colocada à margem dos interesses econômicos.

Neste sentido, é preciso construir escolas voltadas à população do campo que não atuem segundo o viés reducionista, que se pauta exclusivamente nos conteúdos e currículos, ignorando as demandas da vida cotidiana e os saberes dos indivíduos, dificultando a construção coletiva do conhecimento emancipatório, que considera a realidade vivida na e pela comunidade.

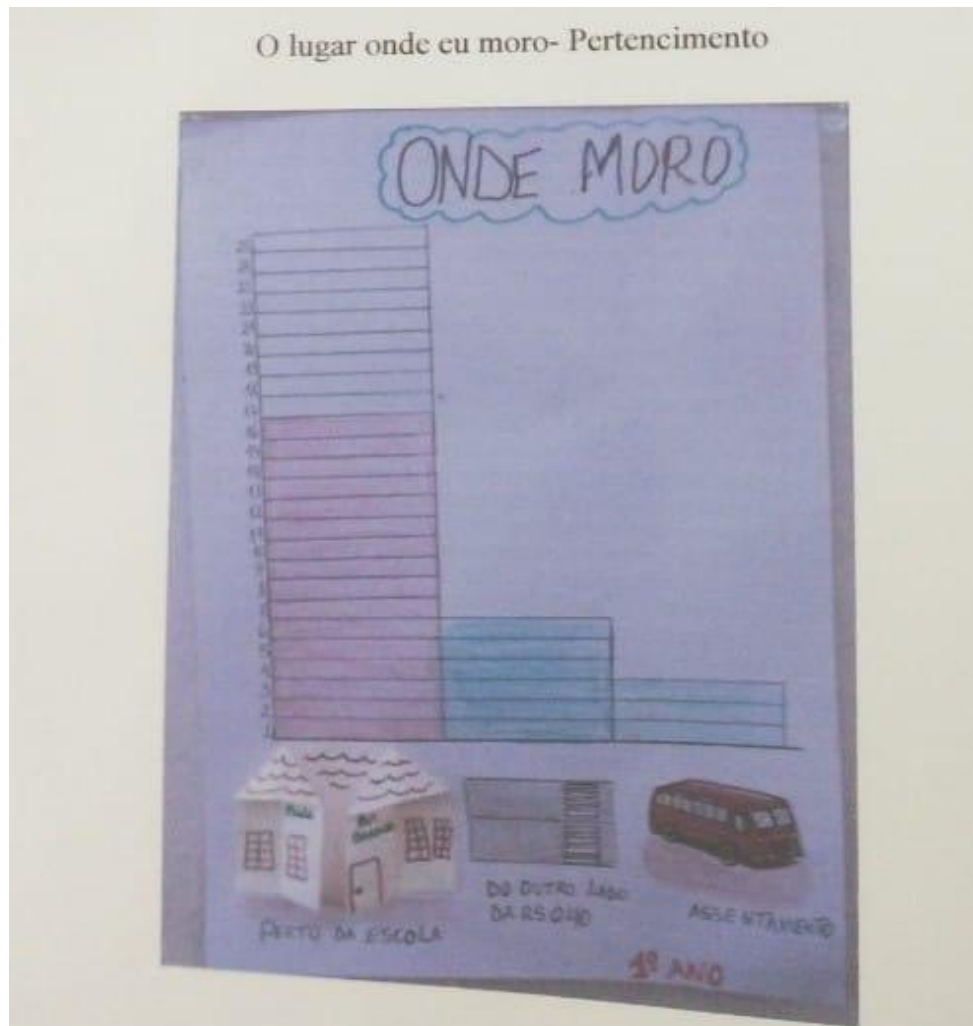
A escola envolvida nesta pesquisa, além de encontrar-se nas proximidades de uma grande e importante área de preservação - a APABG - , também está situada, geográfica e politicamente, no entorno de um assentamento da reforma agrária, fatos que a tornam repleta de especificidades e complexidades, que precisam ser consideradas ao longo da formação dos indivíduos. Com relação ao assentamento, que está ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e tem um forte histórico de luta pela terra, por justiça social e pela justa distribuição dos meios de trabalho e do acesso à educação, além de estar inserido na APABG e compreender a área da RVSBP, tem compromisso firmado (através dos documentos entre

assentados e Estado) com a produção ecológica e orgânica, a fim de gerar alimento e viabilizar a preservação da natureza. Fica claro que o cotidiano desta comunidade é repleto de singularidades que precisam ser consideradas na construção da educação pública e das escolas que irão atendê-la.

Sob esta perspectiva e retomando os objetivos desta pesquisa - em especial o de identificar e analisar as singularidades de uma escola inserida no contexto social do Assentamento Filhos de Sepé e as articulações construídas ao longo do caminho - identificamos elos e pontos de conexão entre assentamento e escola, ainda que, por vezes, de maneira tímida e singela, tendo em vista que a escola não atende apenas à comunidade assentada. As atividades pautadas na agroecologia, na sustentabilidade e na agricultura familiar e orgânica, foram aqui consideradas pontos de articulação de interesses entre ambas, pois auxiliam no fortalecimento da identidade das famílias assentadas e, possivelmente, dos demais estudantes, por estarem inseridos em um contexto rural.

As diversas visitas, trilhas e atividades realizadas no Assentamento Filhos de Sepé e, também, na área de proteção no seu interior, foram considerados como indicativos de contextualização - política, social e ambiental - por parte da escola. Tendo em vista a contextualização da comunidade e a aproximação das práticas escolares com os saberes e conhecimentos relativos ao Movimento, identificou-se a preocupação com a valorização da identidade assentada. Além disso, os registros das atividades, feiras, mostras, visitas e exposições promovidas em parceria entre o assentamento e a escola, demonstram o interesse na aproximação dos valores e das temáticas importantes a estes sujeitos sociais com os conteúdos e práticas educativas da escola.

Figura 5 - Atividade *Onde eu moro?* - *Pertencimento*, alunos/alunas do 1º ano identificando se moravam “perto da escola”, “do outro lado da RS-040” ou “no assentamento”



Fonte: Arquivos da EEEF Rui Barbosa

Dessa forma, ressaltamos que a formação continuada dos professores e o acesso a informações atuais e pertinentes ao contexto é fundamental aos processos de profissionalização dos humanos envolvidos na escola, a fim de desenvolver projetos com finalidade emancipatória para os sujeitos da comunidade escolar e que tratem da questão ambiental de forma crítica e firmada na realidade, construindo um pensamento reflexivo sobre o ambiente onde estão inseridos, tanto pelo viés social quanto ambiental, desenvolvendo uma educação que possa envolver diretamente a vida cotidiana e o contexto da comunidade escolar como um todo.

REFERÊNCIAS

1º Encontro Nacional do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 15 de março de 2022.

Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar#:~:text=A%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura%20familiar,b%C3%A1sica%20no%20%C3%A2mbito%20do%20PNAE>. Acesso em: 05 de Abril de 2022.

BARDIN, Laurence. Organização da análise. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, v. 70, p. 229, 2011.

BELING, Helena Maria et al. O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do assentamento filhos de Sepé, Viamão/RS, 2017.

BELING, Helena Maria; CANCELIER, Janete Webler; FLORES, Carmen Rejane. Os condicionantes ambientais e a produção orgânica no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, p. 48, 2019.

Brasil - II Plano Nacional de Reforma Agrária : paz, produção e qualidade de vida no meio rural - Brasília : MDA / Incra, 2003 - 38 p.

Como surgiu a Escola Rui Barbosa. Jornal da Terra, Viamão, 24 de Agosto de 2012. Disponível em cópia xerográfica.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CALDART, Roseli Salete; SCHWAAB, Bernadete. Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. **Caderno de Educação**, n. 13, 1990.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COPTec, Cooperativa de Prestação de Serviços. Técnicos Ltda; ATES, Assessoria Técnica Social e Ambiental. **Gestão Comunitária de Recursos Hídricos na Produção Agroecológica de Arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS**, 2013.

CUNHA, Alecsandra Santos da. Educação ambiental na educação do campo: o caso das escolas inseridas no Assentamento Filhos de Sepé-Viamão/RS. 2014.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**, Série pesquisa 6, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 2014.

GUASSELLI, Laurindo Antônio; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Ed.). **Impactos da produção de arroz na região metropolitana de Porto Alegre/RS: análise territorial e ambiental**. Imprensa Livre, 2015.

INFINDHA, Instituto de Formação Desenvolvimento Humano e Ambiental, **Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento de Viamão Parte I – Aspectos Metodológicos e Diagnóstico**. Dezembro de 2004. (cópia xerográfica)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1994. p. 80-80.

MELLO, Lorétti Portofé de,. Percepção da paisagem e conservação ambiental no Banhado Grande do Rio Gravataí (RS). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998

OLIVEIRA, Fabiane; PEREIRA, Emmanuelle; JÚNIOR, Antônio Pereira. Horta escolar, Educação Ambiental e a interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 2, p. 10-31, 2018.

PET - PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO (PET-GEOGRAFIA UFRGS). Diagnóstico sociocultural e de percepção ambiental do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. Relatório de Pesquisa: Porto Alegre, 2004.

PINTO, L. F. G. et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil – O Mapa da Desigualdade. **Sustentabilidade em Debate**, n. 10, p. 1-21, 2020.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande - Volume I. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-do-banhado-grande>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

Projeto de Educação Ambiental e Sustentabilidade “Semeando o Futuro”. Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa. 2016. (Cópia xerográfica)

Projeto de Intervenção Pedagógica Compartilhar. Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa. 2021. (Cópia xerográfica)

Projeto Político-Pedagógico. Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa. 2011. (Cópia xerográfica)

SEM TERRA, Movimento dos Trabalhadores Rurais. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001**. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária, 2005.

SEM TERRA, Pedagogia do Movimento. Escola é mais do que escola. 2000.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Da lona ao roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária**. Annablume, 2012.

SILVA, Adriana Maria da. As percepções dos assentados/as em relação ao desenvolvimento rural local proporcionado pelo Assentamento Filhos de Sepé. 2011.

SILVA, Adriana Maria da. As percepções dos assentados/as em relação ao desenvolvimento rural local proporcionado pelo Assentamento Filhos de Sepé. 2011.

VALENTI, Mayla Willik et al. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 267-288, 2012.

Bibliotecários 'desaparecem' de escolas gaúchas. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2018/07/638489-bibliotecarios-de-saparecem-de-escolas-gauchas.html Acesso em: 16 de abril de 2022.

Tecnologia da Informação e Comunicação - Domicílios. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/> Acesso em: 16 de abril de 2022.

APÊNDICE

LINHA DO TEMPO - ESCOLA E ASSENTAMENTO

1984	Inaugura a escola sob o nome “Grupo Escola de Bom Galope”
1968	Ano em que ocorre o despejo da Escola, por falta de pagamento
1969	Escola muda de endereço: passa a funcionar no Morro Grande
1993	Desabamento do prédio escolar
1994	Escola passa a funcionar em galpão, na beira da RS-040
1994	Construção de um prédio emergencial
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)
1998	Eleições - Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Governador do RS: Olívio Dutra (PT)
1998	Instalação do Assentamento Filhos de Sepé
1998	Criação da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande
2000	Construção de um prédio anexo, com madeiras doadas pelo Assentamento.
2001	Construção de algumas salas de aula, em parceria com a comunidade.
2001	Alunos pedem paz no trânsito. A direção da escola pede a instalação de um pardal na RS-040.
2002	Construção de novas salas de aula, também por parte da comunidade escolar, em parceria com o Assentamento.
2004	A escola enfrenta falta de professores e risco de perder o ano letivo.
2004	Abertura do processo, junto ao governo do estado, para construção de novos prédios.
2011	Elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP)
2012	Escola fica em 2º lugar na média levantada pelo Ideb, dentro do município de Viamão.
2012	Inicia o repasse da posse dos terrenos da escola, para viabilizar a construção dos novos prédios.
2013	Realização do passeio ecológico intitulado “Trilha no Morro”

2013	Desenvolvimento do projeto “Vida Saudável”, de julho a novembro.
2014	Pais e estudantes bloqueiam a RS-040 para cobrar a construção da nova escola e de uma passarela de acesso pela rodovia.
2014	Resolução parcial dos problemas de escritura dos terrenos da escola, podendo iniciar a obra de cerca de R\$2,5 milhões.
2014	Professores da escola participam do curso de aperfeiçoamento Escola da Terra (parceria MEC e UFRGS)
2014	Foi assinada, em Junho, a ordem de serviço para o início das obras do novo prédio.
2014	Em outubro, a Escola Rui Barbosa participa da Mostra de Arte, Cultura, Estudos e Brincadeiras, promovida pelos Sem Terrinhas.
2015	Elaboração do Regime Escolar ainda vigente
2016	Desenvolvimento do Projeto de Educação Ambiental e Sustentabilidade - “Semeando o Futuro”
2016	Encontro de Sem Terrinhas sobre práticas de alimentação saudável, envolvendo a Escola Rui Barbosa.
2017	Início do Projeto EcoViamão, em parceria com o Instituto Federal.
2019	Professores participam de formação com a temática “Fortalecendo a resistência ativa nas escolas dos Assentamentos”.
2020	Início da pandemia da Covid-19 e do ensino remoto emergencial (ERE)
2021	Firmada parceria com a Sicredi, a Escola Rui Barbosa e o Assentamento Filhos de Sepé, para realização de projetos.

Linha do Tempo elaborada através dos recortes de reportagens e de materiais coletados na EEEF Rui Barbosa.